

**TERMO DE REFERÊNCIA- SRP
PREGÃO ELETRÔNICO**

AQUISIÇÃO, POR MEIO DE CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP, DE EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO INTEGRADO DE RECURSOS PESQUEIROS E AQUICULTURA DE BEBEDOURO – 3ª CIB, 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, EM PERNAMBUCO.

OUTUBRO/2023

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	4
4.	LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	4
5.	DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	4
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	5
7.	VISITA AO LOCAL DA ENTREGA	6
8.	PROPOSTA	6
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	8
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	8
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	9
13.	REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	9
14.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	9
15.	MULTAS	9
16.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	11
17.	FISCALIZAÇÃO	12
18.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	12
19.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	13
20.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	14
21.	GARANTIA DOS MATERIAIS	14
22.	MATRIZ DE RISCO	15
23.	CONDIÇÕES GERAIS	15
24.	ANEXOS	15

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Fornecimento, carga, transporte e descarga, através da constituição de Sistema de Registro de preços, de equipamentos laboratoriais de apoio ao funcionamento do Centro Integrado em Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro - 3ªCIB, no estado de Pernambuco, jurisdição da 3ª Superintendência Regional. O valor máximo estimado é de R\$ 143.503,14 (Cento e quarenta e três mil, quinhentos e três reais, quatorze centavos). Os itens estão descritos conforme anexo II.

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

a) Todos os itens são abertos para participação de todas as empresas.

2.TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Petrolina-PE, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasnet.gov.br/.

CATSERV - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: www.comprasnet.gov.br/.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos sem fabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais sem fabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br.

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

3.FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços. O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no sítio www.comprasnet.gov.br/.

3.2 Valor estimado: Público

3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço por item (Art. 7º do Decreto nº 10.024/2019).

4.LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1 Os equipamentos objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues na sede da 3ª Superintendência Regional, localizada na Rua Presidente Dutra, nº 160, Centro CEP: 56304-914, município de Petrolina, em Pernambuco.

4.2 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

5.DESCRICÃO DOS FORNECIMENTOS

5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de equipamentos laboratoriais e de apoio às atividades do 3ªCIB, bem como a carga, o transporte e a descarga no local indicado, conforme descritos no anexo II deste Termo de Referência.

5.2 A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Especificações Técnicas – Anexo II deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.

5.3 A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga.

5.4 A fornecedor deverá contatar a Superintendência Regional da CODEVASF – 3ª/SR, através da Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental – 3ª/GRR, telefone (87)3266 - 7761/7760, em dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, para informar ao Gerente, com antecedência mínima de 72 horas (três dias úteis) a respeito do dia e da hora previstas para entrega.

5.5 O descarga dos equipamentos no local indicado é de responsabilidade da licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.

5.6 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

5.7 O meio de transporte e o acondicionamento dos itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.8 Os equipamentos ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei nº 4.150 de 21/11/1962), no que couber, principalmente quanto aos requisitos de mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

5.9 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

5.10 O ano de fabricação dos equipamentos devem ser equivalentes ao da abertura das propostas e/ou ordem de fornecimento.

5.11 A licitante que não atender às especificações técnicas estabelecidas neste TR terá sua proposta desclassificada mesmo que tenha sido habilitada no que diz respeito às demais documentações exigidas conforme o edital.

5.12 Os custos de pessoal para carga e descarga (transporte aéreo ou rodoviário, hospedagem, diárias e deslocamentos), serão por conta da fabricante/fornecedor.

5.13 No ato de entrega dos equipamentos, a licitante vencedora deverá convocar a CODEVASF para inspeção e testes, a qual deverá verificar a qualidade dos itens em questão e aceitar ou não o fornecimento dos mesmos.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.1.1 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.2 CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

6.3 SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

6.3.2 Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares, e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA não são, muitas das vezes objeto de execução direta das mesma, conforme especifica o art. 78 da lei nº 13.303/2016. Portanto, neste TR consideram-se atividades auxiliares o transporte, carga e descarga dos equipamentos a serem fornecidos.

6.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento/serviços **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do fornecimento, conforme os itens 4 e 5.

7.2 Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.3 Em caso de dúvidas sobre onde serão executadas as entregas dos objetos desse termo de referência ou para marcar/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental (3ºGRR) da CODEVASF, em Petrolina, no Estado de Pernambuco, no telefone: (87) 3866-7747 ou (87) 3866-7761.

8. PROPOSTA

8.1 A proposta financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao(s) equipamento(s) discriminados, conforme as especificações solicitadas, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos.

8.2 As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos serviços ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados.
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo III, que é parte integrante deste termo de Referência.
- d) Declaração, da própria licitante, que o fornecedor deverá executar todas as tarefas necessárias à instrução da CODEVASF.
- e) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.3 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.3.1 Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante vencedor arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar os preços dos materiais e serviços ofertados em reais, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.3.2 Será considerada a melhor proposta, aquela que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL avaliado conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas com preço unitário e global superiores ao valor orçado pela Codevasf, ou com os preços manifestadamente inexequíveis.

8.3.3 Para os bens originários do exterior, a licitante deverá informar/apresentar em sua proposta:

- (i) O preço dos bens cotados FOB – preço fábrica, em divisas, colocado no porto de embarque;
- (ii) O preço dos bens cotados CIF - preço local de entrega, em divisas, colocados no porto de entrada no Brasil;
- (iii) As despesas portuárias no porto de entrada, em reais, referentes a:
 - Capatazia;
 - Desembarço alfandegário e taxa de armazenamento portuário, relativa ao primeiro período mínimo de 30 (trinta) dias. Deverão ser adotados preços praticados no porto de Salvador-BA ou porto de Recife-PE;
- (iv) As tarifas para transporte interno, descarga, seguro e outros custos inerentes ao transporte das rações do porto de entrada até o local de instalação, em real;
- (v) Indicar os tributos incidentes.
- (vi) O pagamento será efetuado à empresa estrangeira, em real.

8.4 Para efeito de comparação dos preços dos produtos oriundos do mercado interno e externo, levar-se-á em consideração, com relação a este último, que estarão cotados em reais, a inclusão dos valores referentes frete e seguro internacionais.

8.5 Definidas as PROPOSTAS FINANCEIRAS que atendam às exigências, envolvendo o objeto e o valor, elaborará a classificação provisória das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço.

8.6 Caso pelo menos uma licitante se enquadre na modalidade empresa brasileira oferecendo produtos no mercado interno, o preço apresentado pelas licitantes que ofertarem produtos oriundos do mercado externo deverá ser equiparado de acordo com o seguinte procedimento:

8.7 Apura-se os maiores percentuais dos tributos incidentes dentre as propostas das empresas brasileiras oferecendo produtos no mercado interno;

8.8 Das propostas referentes a produtos do mercado externo o preço será acrescido dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente as licitantes brasileiras quanto à operação final de venda.

8.9 Assim teremos:

- A - Valor total da proposta (CIF) em moeda estrangeira
- B - Taxa de cambio
- C - Valor da proposta em moeda nacional $A * B$
- D - Maiores percentuais dos tributos incidentes dentre as propostas das empresas brasileiras oferecendo produtos no mercado interno
- E - Valor da proposta acrescida dos tributos $C * D$ = Empresa brasileira (oferecendo bens produzidos no Brasil);

8.10 Caso nenhuma das licitantes se enquadre na condição de Empresa Brasileira e Empresa Estrangeira em funcionamento no País oferecendo produtos do mercado interno, para efeito de julgamento será considerado tão somente o preço FOB quando se tratar de produtos procedentes do mesmo país.

8.11 Tratando-se de produtos de procedências diversas, para efeito de julgamento serão incluídos ao preço FOB os valores referentes ao frete e seguro internacionais, ou seja, o valor CIF.

8.12 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços de fornecimento dos equipamentos objetos desta licitação, observando:
 - a1) É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome;
- b) A licitante deverá apresentar catálogos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
 - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho, inclusive lista básica dos componentes;
 - b2) Desenhos preliminares, componentes, dimensões, peso e demais características pertinentes;
 - b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, deve ser indicado claramente, quais constituem o objeto da proposta;

9.1.2 Caso a licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, a mesma deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, até R\$ 143.503,14 (Cento e quarenta e três mil, quinhentos e três reais, quatorze centavos), conforme quadro estimativo de preços.

10.2 A indicação da dotação orçamentária somente é exigida para a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, conforme estabelecido no art. 7º, §2º do Decreto n.º 7.892, de 23/01/13.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1 O prazo para execução dos fornecimentos será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento. A emissão e assinatura do termo de encerramento físico se dará após a conclusão dos fornecimentos solicitados pela contratante.

11.2 A ata terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos:

- a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

12.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

13. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.1 Os preços ofertados em Ata serão fixos e irreajustáveis. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador (Codevasf) promover negociações junto às licitantes participantes, observadas as disposições do Capítulo VIII do Decreto n.º 7.892/2013.

14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1 Caso o ocorra assinatura do contrato (ou instrumento equivalente), os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

14.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste

14.1.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.1.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

15. MULTAS

15.1 Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do contrato ou ordem de fornecimento, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

15.2 Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de até 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

15.3 Nos casos de atrasos na execução dos fornecimentos descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	Grau de Penalidade
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal	01
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido	02
Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos.	02
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO	03
Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

15.4 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
- Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – 3ª GRG/UFN - o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

15.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da 3ª Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

15.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá rejeitar ou não a multa.

15.8 Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

15.9 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

16. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

16.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

16.1.1 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.1.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

16.1.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

16.1.4 A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

16.2 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

16.3 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

16.4 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

16.5 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

16.6 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

16.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

17.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

17.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental (3ª GRR), bem como ao 3º CIB, responsável pela execução do contrato.

17.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

17.6 Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental da Codevasf da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

17.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

17.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

17.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:

18.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

18.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

18.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

18.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

18.2 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

18.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

18.4 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 16.1.1 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

19.1.1 O licitante, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos/materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida.

19.1.2 A confiabilidade dos equipamentos será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas solicitadas no item.

19.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.3 O licitante deverá apresentar, quando solicitado, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
- c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

19.4 A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

19.5 A licitante deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada para os bens fornecidos conforme os itens.

20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

20.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

20.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

20.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

20.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

20.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

20.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21. GARANTIA DOS MATERIAIS

21.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Justificar a exigência de garantia e o prazo estabelecido).

21.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

21.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

21.4 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

21.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

21.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

21.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

21.8 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

21.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

21.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

21.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

22. MATRIZ DE RISCO

22.1 A matriz de risco está apresentada no anexo IV deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.

22.2 A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da Codevasf.

22.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.

22.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.

22.5 A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

22.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.

22.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

22.8 A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

22.9 Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

22.10 A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

23. CONDIÇÕES GERAIS

23.1 O resultado do fornecimento objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no fornecimento, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

23.2 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

24. ANEXOS

24.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativa
- Anexo II – Planilhas de Quantidades e Especificações Técnicas

- Anexo III – Modelo de planilhas de preços (Proposta Financeira)
- Anexo IV – Matriz de Risco
- Anexo V – Termo de observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf
- Anexo VI – Carta de apresentação das propostas

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas do Centro Integrado em Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro - 3ª CIB, que tem suas atividades voltadas ao desenvolvimento da aquicultura na região semiárida, na área de atuação da 3ª Superintendência Regional, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência, bem como no edital.

A Codevasf, através de seus Centros Integrados, realiza atividades de reprodução induzida de espécies nativas do Rio São Francisco que encontram-se ameaçadas de extinção, promove a doação de alevinos em apoio ao desenvolvimento da atividade de piscicultura por pequenos produtores através de associações e desenvolve cultivos experimentais em prol da utilização de novas tecnologias e aprimoramento dos cultivos para posterior difusão. A aquisição destes equipamentos tornam-se necessários para manutenção destas atividades.

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A adoção do Pregão Eletrônico visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A Codevasf tem como um de seus objetivos, promover melhorias no sistema de produção de diversas atividades econômicas, por meio da aquisição de máquinas, implementos agrícolas, equipamentos, insumos e materiais para auxiliar no aumento da produção de alimentos, possibilitando a geração de emprego e renda.

O presente Termo de Referência atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Em decorrência das especificidades dos bens, assim como em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do Decreto nº 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

Da Não Participação de Sociedades Cooperativas: Não. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra.

Cota de Preferência ME e EPP: É Proposta a aquisição dos equipamentos listados neste TR mediante ampla concorrência, visando a obtenção de maior variedade de propostas, buscando selecionar as propostas mais vantajosas conforme o atendimento as especificações solicitadas. Sendo assim, não será aplicada a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no artigo 48, da Lei Complementar 123/2006, considerando-se a exceção elencada no inciso III, do art. 49.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona): **Sim** – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas. A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento: Menor Preço por item, de acordo com o Art.3º do Decreto nº 7.892 de 2013.

Permite Participação de Consórcios:

Não: Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo consequentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os produtos a serem adquiridos serão fornecidos no prazo de até um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Garantia do Objeto:

Os equipamentos a serem adquiridas deverão estar de acordo com as Especificações Técnicas constantes nesse edital, sob pena de não serem aceitas, caso tenham alguma divergência com o especificado.

ANEXO II

PLANILHA DE QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Item	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTD.	Valor por Item	Valor Total
1	452892	Fotocolorímetro portátil digital microprocessado com curvas de calibração pré-programadas para análise de água em campo e laboratório, com possibilidade de inserção de até 100 curvas de calibração. Resistência mecânica IP65. Leitura direta em mg/L. Precisão relativa 2%. Absorbância de 0 a 2. Espectro entre 400 e 700 nm, resolução 0,01 mg/L, com mínimo leitura de N-Amônia, ortofosfato, N-Nitrato, N-Nitrito, Nitrogênio Total, Matéria Orgânica e DQO. Com possibilidade de inserção de até 100 curvas de calibração. Incluso cubetas óticas. Alimentação em bateria de 9V ou fonte externa.	Un.	2	R\$ 3.583,96	R\$7.167,92
2	389395	Autoclave para uso em laboratório , material aço inox, tipo vertical, modelo gravitacional, operação manual, volume câmara cerca de 20 litros, composição manômetro, chave temperatura, outros componentes: 1 cesto.	Un.	2	R\$ 7.106,95	R\$14.213,90
3	458809	Microscópio óptico , tipo binocular, aumento oculares até 10 vezes, zoom até 100 vezes, componentes mesa em platina, outros componentes: charriot regulável, quadriculado, adicional inclinação até 45".	Un.	2	R\$ 2.515,44	R\$5.030,88
4	440948	Estufa de secagem para laboratório , gabinete aço inox, alimentação 220 V, ajuste digital com painel de controle, programável, capacidade cerca de 80 litros, temperatura até 200 °C, com até 3 bandejas e vedação.	Un.	2	R\$ 3.352,68	R\$6.705,36
5	324136	Bomba a vácuo com compressor de ar, tipo palheta, lubrificada a óleo, para filtragem de amostra em laboratório. Equipada com manômetro e vacuômetro. Bivolt, com chave comutadora (110V ou 220V). Deslocamento de ar mínimo 48 L/min.	Un.	2	R\$ 2.952,52	R\$5.905,04

6	602698	Medidor multiparâmetro portátil digital para análise de água, com sonda multisensor que permita a medição de parâmetros variados, mínimo: Temperatura, pH, Salinidade, ORP, Condutividade Elétrica, Sólidos Totais Dissolvidos, Turbidez e Oxigênio Dissolvido. À prova de água, com resistividade IP67, com possibilidade de substituição dos sensores. Fonte de alimentação com pilhas. Calibração rápida, Capacidade de armazenamento interno, Conectividade USB, fornecido em estojo de transporte durável. Tempo de garantia mínimo 1 ano.	Un.	2	R\$ 18.731,57	R\$37.463,14
7	602169	Oxímetro digital portátil para medição em campo de Oxigênio dissolvido na água. Faixa de medição 0,0 a 45 mg/L (0 a 300%); Resolução OD 0,1 mg/L (0,1%), Calibração OD em um ou dois pontos. Faixa de temperatura 0 a 50°C, resolução 0,1°C, precisão $\pm 0.2^\circ\text{C}$. Compensação de altitude. Compensação de salinidade. Fornecido completo com sonda, solução eletrolítica, membranas OD, baterias e maleta de transporte.	Un.	2	R\$ 3.252,68	R\$6.505,36
8	439305	Freezer horizontal , capacidade mínimo 500 litros, portas sólidas, cor branca, tensão de alimentação 220 volts, dupla ação (congelamento e refrigeração), pintura epoxi, 2 portas.	Un.	2	R\$ 3.739,38	R\$7.478,76
9	405244	Refrigerador vertical duplex frost free, capacidade mínima refrigeração 300 litros, capacidade congelador 47 litros, tensão de alimentação 220 volts, selo Procel "A".	Un.	2	R\$ 2.705,97	R\$5.411,94
10	274702	Soprador radial para uso em aquicultura, potência 1,5 kw, 2 cv, alimentação trifásica, frequência 60Hz, fluxo de ar mínimo 250 m³/h, garantia mínimo 1 ano.	Un.	4	R\$ 2.949,48	R\$11.797,92
11		Soprador de ar eletromagnético - tipo uso para aeração em aquários , vazão de ar mínimo 50L/min, tensão alimentação 220V	Un.	3	R\$ 523,00	R\$1.569,00
12	298833	Aerador tipo chafariz para uso em aquicultura, 1,5cv, alimentação trifásica, 2,5kg de O²/CV/h	Un.	3	R\$ 2.113,48	R\$6.340,44
13	483862	Roçadeira agrícola , largura de corte 1,70m, altura corte: mínimo 5 cm, máximo 20 cm, tipo engate 3 pontas, regulagem corte: sapatas laterais e roda traseira, tipo direção: Cardã, 2 facas	Un.	2	R\$ 13.102,53	R\$26.205,06

14	471993	Leitor de microchip animal Tipo universal padrões ISO 11784/5, FDX-A, FDX-B e HDX com Memória Conexão com o computador via USB e Bluetooth.	Un.	2	R\$ 854,21	R\$1.708,42
						R\$143.503,14

ANEXO III

MODELO DE PLANILHAS DE PREÇOS (PROPOSTA FINANCEIRA)

Item	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN	QTD.	Valor por Item	Valor Total
1	452892	Fotocolorímetro portátil digital microprocessado com curvas de calibração pré-programadas para análise de água em campo e laboratório, com possibilidade de inserção de até 100 curvas de calibração. Resistência mecânica IP65. Leitura direta em mg/L. Precisão relativa 2%. Absorbância de 0 a 2. Espectro entre 400 e 700 nm, resolução 0,01 mg/L, com mínimo leitura de N-Amônia, ortofosfato, N-Nitrato, N-Nitrito, Nitrogênio Total, Matéria Orgânica e DQO. Com possibilidade de inserção de até 100 curvas de calibração. Incluso cubetas óticas. Alimentação em bateria de 9V ou fonte externa.	Un.	2	R\$	R\$
2	389395	Autoclave para uso em laboratório , material aço inox, tipo vertical, modelo gravitacional, operação manual, volume câmara cerca de 20 litros, composição manômetro, chave temperatura, outros componentes: 1 cesto.	Un.	2	R\$	R\$
3	458809	Microscópio óptico , tipo binocular, aumento oculares até 10 vezes, zoom até 100 vezes, componentes mesa em platina, outros componentes: charriot regulável, quadriculado, adicional inclinação até 45".	Un.	2	R\$	R\$
4	440948	Estufa de secagem para laboratório , gabinete aço inox, alimentação 220 V, ajuste digital com painel de controle, programável, capacidade cerca de 80 litros, temperatura até 200 °C, com até 3 bandejas e vedação.	Un.	2	R\$	R\$
5	324136	Bomba a vácuo com compressor de ar, tipo palheta, lubrificada a óleo, para filtragem de amostra em laboratório. Equipada com manômetro e vacuômetro. Bivolt, com chave comutadora (110V ou 220V). Deslocamento de ar mínimo 48 L/min.	Un.	2	R\$	R\$

6	602698	Medidor multiparâmetro portátil digital para análise de água, com sonda multisensor que permita a medição de parâmetros variados, mínimo: Temperatura, pH, Salinidade, ORP, Condutividade Elétrica, Sólidos Totais Dissolvidos, Turbidez e Oxigênio Dissolvido. À prova de água, com resistividade IP67, com possibilidade de substituição dos sensores. Fonte de alimentação com pilhas. Calibração rápida, Capacidade de armazenamento interno, Conectividade USB, fornecido em estojo de transporte durável. Tempo de garantia mínimo 1 ano.	Un.	2	R\$	R\$
7	602169	Oxímetro digital portátil para medição em campo de Oxigênio dissolvido na água. Faixa de medição 0,0 a 45 mg/L (0 a 300%); Resolução OD 0,1 mg/L (0,1%), Calibração OD em um ou dois pontos. Faixa de temperatura 0 a 50°C, resolução 0,1°C, precisão $\pm 0.2^\circ\text{C}$. Compensação de altitude. Compensação de salinidade. Fornecido completo com sonda, solução eletrolítica, membranas OD, baterias e maleta de transporte.	Un.	2	R\$	R\$
8	439305	Freezer horizontal , capacidade mínimo 500 litros, portas sólidas, cor branca, tensão de alimentação 220 volts, dupla ação (congelamento e refrigeração), pintura epoxi, 2 portas.	Un.	2	R\$	R\$
9	405244	Refrigerador vertical duplex frost free, capacidade mínima refrigeração 300 litros, capacidade congelador 47 litros, tensão de alimentação 220 volts, selo Procel "A".	Un.	2	R\$	R\$
10	274702	Soprador radial para uso em aquicultura, potência 1,5 kw, 2 cv, alimentação trifásica, frequência 60Hz, fluxo de ar mínimo 250 m³/h, garantia mínimo 1 ano.	Un.	4	R\$	R\$
11		Soprador de ar eletromagnético - tipo uso para aeração em aquários , vazão de ar mínimo 50L/min, tensão alimentação 220V	Un.	3	R\$	R\$
12	298833	Aerador tipo chafariz para uso em aquicultura, 1,5cv, alimentação trifásica, 2,5kg de O²/CV/h	Un.	3	R\$	R\$
13	483862	Roçadeira agrícola , largura de corte 1,70m, altura corte: mínimo 5 cm, máximo 20 cm, tipo engate 3 pontas, regulagem corte: sapatas laterais e roda traseira, tipo direção: Cardã, 2 facas	Un.	2	R\$	R\$

14	471993	Leitor de microchip animal Tipo universal padrões ISO 11784/5, FDX-A, FDX-B e HDX com Memória Conexão com o computador via USB e Bluetooth.	Un.	2	R\$	R\$
						R\$

ANEXO IV
MATRIZ DE RISCO

Risco	Definição	Alocação (Codevasf, contratada ou compartilhada)	Impacto (Alto, médio e baixo)	Probabilidade (Frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar os riscos
1 - Fornecimento de equipamento pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação.	Alteração de marca ou oferta de equipamento com características inferiores ao previstos no Termo de Referência.	Contratada	Alto	Ocasional	Contratada deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos.
2 - Alteração do prazo do fornecimento.	Atraso no fornecimento dos produtos licitados com necessidade de aprovação e definição de novo prazo pela Codevasf.	Contratada	Médio	Ocasional	Contratada deverá apresentar justificativa ao fiscal do contrato para adoção de medidas cabíveis, quanto ao novo prazo de entrega.
3 - Greve da Receita Federal do Brasil	Greve da Receita Federal nos fornecimentos importados devidamente comprovados os impactos.	Codevasf	Alto	Remota	Aditivo de prazo
4 - Greve dos caminhoneiros	Greve do setor de transporte impedindo o frete	Compartilhada	Alto	Ocasional	Contratada comunicará o fato ao fiscal do contrato que adotará as medidas necessárias para aditivo de prazo.
5 - Aumento dos custos de fretes.	Aumento das tabelas de fretes e diesel.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores ou arcar com a diferença do frete com a sua transportadora.
6 - Lockdown	Paralisação da cidade, região ou país de origem de produção das rações devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	Compartilhada	Médio	Remota	Aditivo de prazo
7 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima/peças para fabricação.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de suprimentos para fabricações.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
8 - Suspensão/interrupção do contrato	Verificação da impossibilidade provisória de recebimento dos produtos por parte da Codevasf.	Compartilhada	Baixo	Remota	Interrupção da contagem do prazo de entrega.
9 - Dano no frete ou na descarga dos itens de fornecimento	Dano durante o transporte ou na descarga dos insumos	Contratada	Alto	Remota	Substituição imediata dos produtos danificados pela Contratada durante o transporte ou descarrego.
10 - Roubo ou extravio de cargas	Roubo da carga ou extravio da mesma.	Contratada	Médio	Remota	Solicitar aditivo de prazo , após a devida comprovação
11 - Alterações Tributárias	Mudança na legislação tributária	Compartilhada	Médio	Remota	Aditivo para reequilíbrio

	que altere os valores.				econômico-financeiro ao contrato.
12 - Alteração dos locais de entrega	Mudança nos locais de entrega dos insumos por interesse da Codevasf - 3ª SR	Compartilhada	Médio	Ocasional	A Codevasf deverá avisar quando da emissão da Ordem de Fornecimento e não ocorrerá alteração do valor do preço ofertado por parte da Contratada.
13 – Férias Coletivas	Férias coletivas do fabricante ou fornecedor.	Contratada	Baixo	Frequente	Não será permitido
14 - Variação no prazo de pagamentos	Pagamentos após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.	Codevasf	Médio	Ocasional	A Contratada poderá solicitar o pagamento da atualização monetária conforme o disposto no art. 5, anexo XI da IN 05/2017 e possuir capital de giro para os fornecimentos

Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

ANEXO V

TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congênere.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com adignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/2015.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome Completo:

CPF:

Cargo:

ANEXO VI

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

ITEM _____ OU GRUPO _____

DADOS DO PROPONENTE RAZÃO

SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À

CODEVASF

Rua Presidente Dutra, 160 CEP

56304- 230 Petrolina-PERef.:

Edital nº _____/20____

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º .../20__e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para _____ (Descrever o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, indicando o município e estado onde serão executados os fornecimentos.), para o Item _____ ou Grupo _____, pelo valor global de R\$ _____, (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS), de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os fornecimentos no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato. (incluir se for exigido no edital).

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o material objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o fornecimento no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato ou Ordem de Fornecimento.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/____), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contratode obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(ª) _____, carteira de
Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, CPF _____



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

n.º _____, residente e domiciliado(a) na rua _____,
n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, ao(à) qual
outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir,
assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e
ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos,
e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza,
incidentes sobre os fornecimentos.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL